



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIARIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

JULIANA GONÇALVES PEREIRA

**A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE LIXO DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB: existe um modelo de gestão?**

SUMÉ - PB
2015

JULIANA GONÇALVES PEREIRA

**A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE LIXO DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB: existe um modelo de gestão?**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública, da
Unidade de Educação, do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido, da Universidade Federal de
Campina Grande.

**Orientador: Profº Drº José Irialdo Alves
Oliveira Silva**

SUMÉ – PB
2015

P436o

Pereira, Juliana Gonçalves

A organização da associação de catadores de lixo do município de Sumé - PB: existe um modelo de gestão?. / Juliana Gonçalves Pereira. - Sumé: [s.n], 2015. 40p.

Orientador: Professor Doutor José Irivaldo Alves Oliveira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.

1. Gestão Pública. 2. Associação Comunitária. 3. Resíduos sólidos - catadores. 4. Lixo. 5. Economia solidária. 6. Sumé - PB. I. Silva, José Irivaldo Alves de Oliveira. II. Título


CDU 331.105.5

JULIANA GONÇALVES PEREIRA


**A ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE LIXO DO
MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB: existe um modelo de gestão?**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

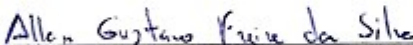
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva
Orientador



Prof. MSc. Alex Bruno Ferreira Marques do Nascimento
Examinador 01



Especialista em Gestão Pública Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador 02

Aprovada em 26 de Março de 2015.

RESUMO

O fenômeno do associativismo, a organização de pessoas em torno de finalidades bem definidas, e os pressupostos de Economia Solidária, são considerados como uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário, tais como: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, entre outros; podemos ter aí os pilares para a construção de uma política pública que tem como norte esse associativismo ancorado em valores como sustentabilidade e solidariedade. É importante frisar, embora não seja o que buscamos neste trabalho, a compreensão de que Economia Solidária e Autogestão são termos que se relacionam. Um fator comum do exercício do trabalho é a possibilidade de garantir renda e a subsistência de muitas pessoas. No entanto, se por um lado a ocupação garante condições de estabilidade, por outro, esses trabalhadores atuam sem vínculo empregatício, sem direitos sociais, ganham, na maioria dos casos, menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem. Diante do exposto, estabelecemos como objetivo geral: compreender como se dá a organização do trabalho na associação dos catadores de lixo, no município de Sumé/PB. Propõe-se como objetivos específicos: compreender qual o entendimento de gestão dos catadores de lixo que são associados; compreender como eles percebem a associação. Este trabalho pode ser classificado como um estudo de cunho descritivo, e apresenta características qualitativas, por meio da análise do modelo organizacional da associação de catadores. Com relação à avaliação que é feita da forma organizacional do trabalho dos catadores, novamente enfatiza-se que não existe um modelo de gestão, não há divisão de tarefas entre os membros associados, não existe planejamento algum das atividades desenvolvidas e tão pouco foi notável que exista total união entre os catadores associados, pois todos que trabalham naquele local e são membros da associação trabalham em regime de competitividade.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. Catadores. Gestão. Trabalho.

ABSTRACT

The association of the phenomenon, the organization of people around well-defined purposes, and assumptions of Solidarity Economy, are considered as a kind of resurrection of values that are part of the labor movement culture, such as solidarity, self-management, autonomy, mutualism, moral economy, among others; we have around the pillars for the construction of a public policy which this north associations anchored on values such as sustainability and solidarity. Importantly, although not what we seek in this paper, the realization that Solidarity Economy and Self-management are terms that are related. a common factor of the working year is the ability to secure income and the livelihood of many people. However, if on the one hand the occupation ensures a stable, on the other, these workers work without employment, without social rights, earn, in most cases, less than a minimum wage dispute recyclable materials with their peers and face operation of the recycling industry. Given the above, we established the general objective: to understand how the organization of work in the association of garbage collectors in the city of Sumé / PB. We propose the following objectives: understanding what the understanding of management of garbage collectors that are associated; understand how they perceive the association. This work can be classified as a descriptive nature of the study, and presents qualitative characteristics, by analyzing the organizational model of collectors association. As to the evaluation we make of the organizational form of the work of collectors, again emphasize that there is no model of management, there is no division of labor among the associate members, there is some planning of activities and so little was remarkable that there is complete union between members collectors, for all who work at the site and are association members work in competitive regime.

KEYWORDS: Associations. Collectors. Management. Work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 ASSOCIATIVISMO	10
2.1 AUTOGESTÃO COMO UMA POSSIBILIDADE DE MODELO	11
2.2 ASSOCIATIVISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA	15
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do processo histórico a convivência do ser humano com o meio ambiente tem passado por constantes mudanças, principalmente porque o homem muda o espaço, no qual está inserido, ou seja, as cidades crescem e o desenvolvimento econômico e social logo é ampliado e assim, as pessoas passam a buscar mais oportunidades de lazer, buscam espaços mais confortáveis, querem a praticidade que facilite o cotidiano, mas nunca ou com pouca frequência, buscam saber como anda a situação dos recursos naturais, isto é, de que forma a natureza reage a tantas transformações, e será mesmo que os recursos naturais são infinitos?

Em diversos países, inclusive no Brasil, programas e estratégias vêm sendo empreendidas com a finalidade de banir a degradação ambiental e/ou de encontrar novas alternativas para controlar processos de produção e consumo, garantir o acesso universal à água potável, para que todas essas ações inovadoras tragam menos impactos ao meio natural.

Ao tratarmos do lixo, e sobre as políticas públicas, logo estamos debatendo também sobre cultura verde, sustentabilidade, ações consideradas essenciais e inovadoras para garantir melhorias na qualidade de vida da população e proporcionar mudanças nas ações envolvendo o meio ambiente.

Dentro deste contexto fica claro que há uma necessidade urgente da humanidade de repensar as atitudes para que seja possível despertarmos para uma visão ambientalmente correta, por meio da qual, cada sujeito seja capaz de refletir sobre a sua responsabilidade na construção de valores éticos, individuais e coletivos, que assegurem o bem-estar e o respeito a todas as formas de vida.

De fato, é do nosso conhecimento que tratar do lixo, do problema dos lixões a céu aberto, da falta de apoio aos catadores de lixo, da necessidade da população aprender e começar a fazer uso de técnicas de reciclagem, reutilização, economia dos bens naturais, não é uma abordagem nova, porém nas últimas duas décadas houve um aumento considerável das discussões que envolvem essa temática.

Crises hídricas, poluição, aumento da quantidade de lixo nos grandes e pequenos centros, falta de apoio às cooperativas de reciclagem, entre outros temas ligados ao meio ambiente e políticas públicas em nosso país, são efetivamente debatidas na mídia brasileira, em universidade, escolas e muitos outros setores públicos e privados da

sociedade. No entanto, é possível observar que a preocupação com as questões inerentes ao meio ambiente é de ordem mundial, porém as soluções para a implementação dessas novas ideias tem ocorrido de forma lenta, e muitas vezes, a burocracia faz com que muitos desses projetos nem saiam do papel.

No que tange os inúmeros projetos de desenvolvimento tanto nacionais, quanto os internacionais patrocinados por nações ou por meio da iniciativa privada, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental, e a diminuição da poluição, continuam sendo problemas num mundo em pleno desenvolvimento e com tantas novas descobertas de ordem tecnológica.

Altieri (2009, p. 32) nos afirma que os benefícios dessas mediações, denominadas de Revolução Verde, são inegáveis. “A Revolução Verde contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda da biodiversidade”.

Mesmo tendo conhecimento de todos os avanços existentes no que tange buscar alternativas sustentáveis e menos poluidoras ao meio ambiente, acreditamos ser necessário que a sociedade brasileira crie mais projetos, com o intuito de gerar uma nova consciência ambiental e social, para que seja possível construir um novo projeto de desenvolvimento sustentável e por meio da educação, principalmente isso será possível, afinal, a escola é um lugar onde se constrói conhecimento, onde as pessoas de diversas gerações debatem sobre temas atuais, fatos históricos e principalmente descobrem novos conhecimentos, pesquisas, debatem sobre as mudanças necessárias a sociedade.

Dessa forma, quando se associa o fenômeno do associativismo, isto é, a organização de pessoas em torno de finalidades bem definidas, e pressupostos de Economia Solidária, estes são considerados como uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário, tais como: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, entre outros; podemos ter aí os pilares para a construção de uma política pública que tem como norte esse associativismo ancorado em valores como sustentabilidade e solidariedade. É importante frisar, embora não seja o que buscamos neste trabalho, a compreensão de que Economia Solidária e Autogestão são termos que se relacionam, ou seja, não há Autogestão sem Economia Solidária e não pode haver Economia Solidária sem Autogestão. (NASCIMENTO, 2003).

Na visão de Bortoli (2009) um fator comum do exercício do trabalho é a possibilidade de garantir renda e a subsistência de muitas pessoas. No entanto, se por um lado a ocupação garante condições de estabilidade, por outro, esses trabalhadores atuam sem vínculo empregatício, sem direitos sociais, ganham, na maioria dos casos, menos de um salário mínimo, disputam materiais recicláveis com seus pares e enfrentam a exploração da indústria da reciclagem.

Assim, a partir dessa discussão acerca da sustentabilidade e o associativismo, é uma questão importante compreender de que modo o segundo está organizado para atingir o primeiro, ou seja, é relevante saber: existe uma organização norteada pelo planejamento ou modelo de gestão na associação dos catadores de lixo de Sumé/PB a partir da compreensão do trabalho desenvolvido por eles? Uma vez que entendemos como sendo requisitos mínimos para atingirmos as finalidades de uma associação de catadores de lixo, principalmente quando se compreende a importância dessa atividade. Diante do exposto, estabelecemos como objetivo geral: compreender como se dá a organização do trabalho na associação dos catadores de lixo, no município de Sumé/PB. Propomos como objetivos específicos: compreender qual o entendimento de gestão dos catadores de lixo que são associados; compreender como eles percebem a associação.

O trabalho se dá por meio das informações coletadas através da aplicação de questionários aos membros associados, sendo possível apurar com mais efetividade e descrever com exatidão como é desenvolvido o trabalho deles, se recebem apoio dos órgãos públicos, como se organiza a divisão de tarefas e o que compreendem sobre associação. Dessa forma, este trabalho pode ser classificado como um estudo de cunho descritivo, e apresenta características qualitativas, por meio da análise do modelo organizacional da associação de catadores. Quanto ao tipo de pesquisa, apresenta características de pesquisa bibliográfica, de campo e documental, através da aplicação de questionários com os 16 catadores que fazem parte da associação dos catadores de lixo de Sumé/PB.

Vale salientar, que no decorrer de toda a apresentação dos dados, é relacionado o registro fotográfico do lixão, com as informações que foram apresentadas nos questionários por cada catador participante da pesquisa, com o intuito de mostrar a organização do trabalho dos catadores, os problemas de saúde pública e de ordem social, tendo em vista que esse registro fotográfico subsidia na análise dos dados apurados, e serve de base para darmos mais integração ao que foi proposto em nossos objetivos.

2 ASSOCIATIVISMO

O associativismo nasceu da necessidade de unir forças em busca de um bem comum, inicialmente a sobrevivência humana, com o passar dos tempos esta necessidade evoluiu para uma sobrevivência econômica imposta por uma sociedade. É considerado também um ato racional, pois é do instinto humano ajudar uns aos outros desde o início dos tempos, uma resposta às necessidades com criatividade.

As associações são em geral organizações de cunho voluntário, abertas a todas as pessoas dispostas a compartilhar as responsabilidades de sócio, sem qualquer tipo de distinção social, racial, política, religiosa e de gênero. São consideradas como mecanismo imprescindível para transformar o Brasil em um país desenvolvido, estabelecendo relações que contribuam economicamente.

...nas práticas associativas, as formas históricas do associativismo brasileiro, por um lado, as baseadas em relações assimétricas de poder e, por outro, as fincadas em condições partilhadas de mediação política, continuam orientando a ação movimentalista da sociedade civil, num *mix* que ora tende ao tradicional e ao autoritário, e ora tende ao inovador e ao democrático. (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007, p. 06).

Basicamente a forma de associativismo é quando existe a união ou reunião com interesses comuns de forma econômica e autossustentável, sendo também interpretada como uma equação que resulta no interesse comum. Esta expressão por um lado mostra em sua grande parte a prática social e gestão de associações, como organizações, assembleias e conselhos, por outro lado enquanto processo não lucrativo é uma organização de pessoas com finalidades comuns.

Um tipo de organização associativa é a associação, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007, p. 07).

O associativismo tem alguns princípios que servem de alavanca ou mecanismo que contribui com a capacidade produtiva e a troca de experiências. Dentre alguns princípios estão: Princípio da Adesão Voluntária e Livre, Princípio da Gestão Democrática pelos Sócios, Princípio da Participação Econômica dos Sócios, Princípio da Autonomia de Independência, Princípio da Educação, Formação e Informação,

Princípio da Interação e Interesse pela Comunidade. É importante sabermos se esses princípios existem numa associação tão importante como a de catadores de lixo de Sumé.

As associações de catadores de lixo atuam principalmente para tornar possível a efetivação da sustentabilidade de suas comunidades, municípios, regiões, Estados e país por meio de políticas e de ações aprovadas por seus membros, aliando o manejo de resíduos sólidos com a geração de renda para sobrevivência de seus integrantes.

2.1 AUTOGESTÃO COMO UMA POSSIBILIDADE DE MODELO

A esse respeito, trazemos os fundamentos de Autogestão defendidos por Freitas (2009), que ao escrever sobre a importância da prática da autogestão no mundo do trabalho, retoma as considerações enfatizadas por Viktor Shulgin quando nos afirma que,

[...] é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão. (SHULGIN, *apud* FREITAS, 2009, p. 30).

Compartilhar as atividades não é uma tarefa considerada fácil, quando se trata de pessoas carentes, que tiveram acesso a pouca ou quase nenhuma educação, por diversos fatores que impediram esse acesso, e é inegável a importância que o papel da educação tem na vida dos cidadãos, principalmente para que cada um possa lutar por melhorias estratégias e condições de trabalho, mas, não o trabalho com vistas apenas à potencialização do capitalismo, e sim um trabalho que visa à construção de uma sociedade de produtores livremente associados, capazes de resolver problemas e solidificar as ações desenvolvidas e obter renda para todos os envolvidos.

Para o trabalhador associado, viver e administrar o processo de produção lhe permitiria a elaboração crítica da atividade intelectual existente em um determinado grau de desenvolvimento, em consonância com o trabalho manual; permitiria redimensionar sua práxis em função de uma nova concepção de mundo, fundamentada em um projeto de vida que busca a hegemonia do homem e de seu trabalho. (TIRIBA, 2001, p. 195).

O que a autora acima citada enfatiza é justamente a importância do elo entre o trabalho manual e a reconfiguração do seu significado, que surge de um projeto emancipador, por meio do qual o trabalhador se percebe implicado. Dessa forma, fica clara a necessidade de unificar os planos e a execução dos trabalhos. Não estamos querendo dizer que o trabalho desenvolvido pela associação de catadores de Sumé tem como pressuposto a Autogestão, talvez esteja num estágio ainda anterior. Singer (2004) afirma que as experiências de Autogestão e Economia Solidária em nosso país têm apresentado crescimento significativo nas últimas décadas, tanto no que tange aos critérios qualitativos, quanto os quantitativos.

A Economia Solidária pode ser um modelo de gestão a ser adotado por uma associação de catadores de lixo, por exemplo. Para tanto, se faz necessário analisarmos ainda, de forma sucinta, o conceito de Economia Solidária, que em linhas gerais pode ser definida como atividade econômica organizada coletivamente por trabalhadores que se associam e buscam a Autogestão.

As características das organizações econômicas solidárias fundamentam-se, em duas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão e, b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com especial ênfase na ajuda aos menos favorecidos. Um dos princípios da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica. (SINGER, 2004, p. 45).

Refletindo sobre o conceito e os princípios que regem a Economia Solidária, fica claro que esse instrumento pode ser compreendido como uma proposta socializante e democrática dos movimentos de ordem social e em se tratando dos sujeitos analisados pelo nosso estudo o conceito Economia Solidária e de Associativismo estão diretamente coadunados, e nos permitem pensar sobre os reais problemas vividos pelos catadores de lixo associados de Sumé-PB.

Segundo Nascimento (2003) que retoma informações históricas da segunda metade da década de 1970, quando afirma que o desemprego estrutural em massa voltou a ser um problema constante na vida dos trabalhadores, e acrescenta também que,

Nas décadas seguintes, ocorreu a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-industrializados (como o Brasil), eliminando milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego passou a ser um privilégio de uma minoria. Os sindicatos perderam sua capacidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores. Neste contexto, a Economia Solidária ressurgiu com força em muitos países. Na verdade, ela foi reinventada. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e repúdio ao assalariamento. (NASCIMENTO, 2003, p. 34).

Tomando como base as palavras acima descritas, fica claro que a estratégia de Economia Solidária se fundamenta principalmente na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, tendo em vista que essa lógica é contrária ao modo de produção do capitalismo.

Benini (2008) nos permite pensar ainda mais sobre a importância da Economia Solidária e seus enfoques de ordem econômica e social, quando enfatiza que o elemento mais forte dessa vertente é a Autogestão, sendo ela baseada principalmente pelos princípios do cooperativismo, que surgiu em 1844, a partir das experiências de uma organização cooperativa chamada “pioneiros de Rochdale”, sendo que todo esse pioneirismo histórico foi inspirado nas ideias defendidas por Robert Owen.

A inserção dos catadores de lixo do nosso país em cooperativas significaria uma possível solução para o problema do desemprego, da valorização profissional, da baixa remuneração, além do que, passariam a gerenciar seu próprio empreendimento, sem diferenças salariais, sem acúmulo de capital, ou seja, tudo o que é produzido segundo as ideias da Economia Solidária é dividido igualmente entre todos, pois nessa relação não existem submissos e patrões. A esse respeito Singer (2003) afirma que,

[...] o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. (SINGER, 2003, p. 25).

É importante frisarmos dentro dessa temática abordada, que toda associação existe sob a orientação de um Estatuto que é um tipo de documento onde existem todas as características e as regras de uma associação. Antes do registro em Cartório público é de suma importância que todos os pontos que constam nesse tipo de documento sejam previamente discutidos entre os fundadores e demais membros associados para assegurar coerência e veracidade com os objetivos definidos coletivamente.

A Lei nº 10406 de 2002 e a Lei nº 11.127 de 2005, regem que no Estatuto das Associações deve conter, conforme consta no artigo 54, que trata sobre a Entidade,

- I. Denominação, sede, fins e duração;
- II. Requisitos para admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III. Direitos e deveres dos associados;
- IV. As fontes de recursos para sua manutenção;
- V. O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI. As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
- VII. A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Essas mesmas Leis acima mencionadas, tratam o perfil e a forma de condução dos associados, conforme podemos observar nos artigos 55 ao 58,

- Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais;
- A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário;
- Se o associado possuir fração do patrimônio da associação, seu herdeiro não adquire a condição de associado;
- A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos do estatuto;
- Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos previstos por lei ou no estatuto.

Em relação à Assembleia Geral, consta nos artigos 59 e 60,

- Reunião deliberativa da associação;
- Deve-se convocar a assembléia na forma do estatuto, garantindo a um quinto dos associados o direito de promovê-la.
- Todos os associados devem ser convocados para a assembléia:
Compete privativamente à Assembléia Geral:
 - I. Destituir os administradores;
 - II. Alterar o estatuto;

Sobre a parte do patrimônio, no artigo 61 consta que,

- No caso de dissolução da associação, seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos definida no estatuto. Se

este for omissivo, os associados escolhem uma instituição federal, estadual ou municipal de fins semelhantes;

- No caso de o associado possuir cota ou fração do patrimônio da associação, receberá, se determinar o estatuto, a restituição atualizada dos valores que contribuiu ao patrimônio da associação;
- Não existindo instituição pública com fins semelhantes, o patrimônio da associação extinta será destinado à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Ao tratamos da temática do associativismo, sua importância, finalidades, dos princípios que regem o estatuto das associações, e principalmente os benefícios de interesse comum para os membros associados, entendemos ser muito importante compreendermos sobre o conceito de políticas públicas em nosso país, e assim, entender sua relação com as condições de organização de trabalho e modelo de gestão na associação dos catadores de lixo de Sumé/PB, ou seja, o associativismo deve ser entendido como um exemplo claro de política pública.

2.2 ASSOCIATIVISMO COMO POLÍTICA PÚBLICA

A área de políticas públicas passou a se consolidar com mais afinco nos últimos 60 anos, por meio de um *corpus* teórico próprio, um instrumental analítico útil e também, tomando como base um vocabulário que permite a compreensão de fenômenos de cunho político-administrativo.(SECCHI, 2010).

Os conceitos e as concepções disciplinares que regem os estudos de Políticas Públicas estão presentes nas ciências políticas, nos estudos de ordem sociológica e também na economia. Souza (2007) enfatiza que existem outras disciplinas que abordam sobre os estudos de políticas públicas, sendo na administração pública, nos estudos que tratam da teoria das organizações e ainda na área de estudos da engenharia, psicologia social e também no direito, ou seja, o estudo desse conceito de políticas se faz presente em muitas disciplinas dos cursos que abrangem diversas áreas do conhecimento, o que nos confirma a expansão de tais fundamentos e a sua importância.

A esse respeito, trazemos as contribuições de Secchi (2010) quando nos apresenta suas considerações acerca das políticas públicas mencionando que,

Os conhecimentos produzidos pela área de Políticas Públicas vêm sendo largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção. O *corpus* teórico, o instrumental analítico e o vocabulário das políticas públicas vêm se mostrando úteis aqueles que

estudam ou tomam decisões em políticas de saúde, educação, segurança, habitação, defesa nacional, transporte, saneamento, meio ambiente, gestão pública, desenvolvimento, assistência, cultura, entre muitas outras. (SECCHI, 2010, p. 15).

Tomando como base as palavras do autor acima descrito, fica claro que o uso dos conhecimentos adquiridos por meio das Políticas Públicas para estudos setoriais, aparentemente distantes uns dos outros, tem sua justificativa por meio do compartilhamento de características semelhantes às de ordem político-administrativas, sendo elas:

a) problemas públicos surgem de forma semelhante; b) o estudo de alternativas de solução para problemas públicos ocorre de forma similar; c) os métodos de tomada de decisões são semelhantes; d) os obstáculos de implementação são essencialmente parecidos; e) a avaliação de impacto de políticas públicas nesses setores também pode ser feita de forma analiticamente parecida. (SECCHI, 2010, p. 17).

Refletindo sobre as palavras acima citadas, é importante termos conhecimento de que Políticas Públicas não se resumem apenas a solução dos problemas de bem comum, problemas de ordem pública, pois a sociedade deve ter em mente que não é apenas obrigação dos governantes cuidarem ou criarem ações inovadoras, a fim promover melhorias na qualidade de vida, dos serviços públicos oferecidos, ou seja, o conceito e as características que definem políticas públicas é algo muito amplo e que está acima de cumprir apenas os objetivos de interesse comum por parte de algum ente federado.

As políticas públicas podem fazer uso de diversos instrumentos para que as orientações e diretrizes sejam transformadas em ação. Políticas Públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais [...]. (SECCHI, 2010, p. 09).

Pensando assim, e com o intuito de tornar nossa discussão ainda mais fundamentada e compreensível, apresentamos os apontamentos de Theodor Lowi (1964) que conceituou 04 tipos de Políticas Públicas.

As tipologias apresentadas por Lowi (1964) são denominadas de políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas, sendo que Hochman (2007) aponta atributos sobre todas elas.

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e a curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros. [...] O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (HOCHMAN, 2007, p. 73).

Refletindo sobre as palavras acima descritas, podemos diretamente relacionar ao associativismo, os dois últimos tipos de Políticas Públicas que o autor menciona que são as políticas redistributivas, tendo em vista seu alcance para um maior número de pessoas, com ganhos e perdas em longo prazo, e as políticas constitutivas, que tratam dos procedimentos, ou seja, se fizermos uma comparação com o trabalho desenvolvido por uma cooperativa de catadores de lixo, é possível verificar que num primeiro momento as perdas poderiam estar relacionadas ao hábito de dividir os lucros, que talvez venham a ser num valor menor do que estariam acostumados a receber, mas, com o passar dos dias os ganhos são mais acentuados, afinal, trabalhando coletivamente os cooperados teriam a percepção do alcance das mudanças de trabalho, que juntos podem gerar maior renda, e passariam a gerenciar de perto cada etapa do seu trabalho.

Embora esses empreendimentos busquem uma organização que vise sua inserção econômica, no intuito de produzir um bem, prestar um serviço, permitir compras conjuntas, intermediar microfinanças ou qualquer outra relação de fins econômicos, a dimensão política também está fortemente presente em sua atuação. Isso se traduz tanto no envolvimento dos participantes em todas as questões relativas ao empreendimento e suas decisões, quanto no seu relacionamento com as questões locais e comunitárias nas quais estão inseridos (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2006, p. 45).

No decorrer do processo de industrialização do nosso país, é possível verificar que vigorou um mercado de trabalho com características excludentes, paralelo, mantinha-se uma política econômica que resultou em total desconexão no que tange à distribuição de renda e ao mesmo tempo por gerar altos índices de desemprego. No entanto, nesse contexto, surgem as cooperativas populares com o intuito de possibilitar condições de inclusão social aos atores que foram excluídos do mercado de trabalho, e configuram ao mesmo tempo um tipo de organização estratégica, que se coaduna com as mudanças organizacionais no final do século XX e início do século XXI.

A resposta mais frequente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro. Ao mesmo tempo, empregadores pouco escrupulosos utilizam falsas cooperativas de trabalho para deixar de pagar os encargos trabalhistas, aproveitando-se do fato de que esses encargos não são cobrados de quem contrata trabalho autônomo (a lei considera o cooperador trabalhador autônomo). Além disso, cooperativas autênticas, na ânsia de conseguir contratos, rebaixam seus preços a ponto de abrir mão de muitos dos direitos sociais de seus associados. (SINGER, 2003, p. 34).

Ao tratarmos sobre o desenvolvimento da organização cooperativista popular, das ações de Economia Solidária, entendemos como uma espécie de ressurgimento de uma nova alternativa ao desemprego a partir de um novo setor econômico, que se constitui por pequenas empresas e trabalhadores que atuam por conta própria, compostos principalmente por (ex) desempregados. Esta nova conjuntura pode ser observada através da “expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseados na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação” (GAIGER, 1999, p. 29).

Para tanto, apreendemos que uma cooperativa deve ser entendida como uma empresa que tem seu trabalho pautado nos princípios da autogestão, mas que necessita de lucro, ser eficiente no ramo de atuação, manter-se atualizada e vocacionada para se expandir ao longo do tempo. (GUTIERREZ *apud* AVRITZER, 1997).

Partindo desse mesmo ponto de discussão, Singer (1999) nos dá sua contribuição quando ressalta a importância da participação e comprometimento dos integrantes que devem se fazer presente em eleições internas e debates para terem uma definição de atuação das atividades desenvolvidas. Será que isso pode ser constatado numa associação como a de catadores de Sumé?

É importante ressaltar que em nosso país o cooperativismo ganhou força com a crise do trabalho que historicamente marcou a década de 90, pois, nesse período o mercado interno deu abertura para as importações de forma ríspida, ao mesmo tempo que o Plano Real passou a ter controle da inflação, nota-se que houve um efeito avesso à perda de diversos postos de trabalho, processos de privatização em larga escala, fechamento de diversas empresas e aquisição de outras por parte de empresas multinacionais.

A proposta de democratização econômica que caracteriza as iniciativas associativas e autogestionárias está estreitamente vinculada a uma proposta de democratização política. Em termos de política

pública específica, esta proposta se reflete simultaneamente na forma da política (mecanismos participativos e formas de parceria na relação com a sociedade) e no próprio conteúdo da política (incentivo ao associativismo e à autogestão entre os trabalhadores). Este ponto precisa ser examinado de modo crítico, sem partir do pressuposto de que as políticas voltadas à economia solidária terão um caráter necessariamente mais participativo e democrático, cabendo inclusive um questionamento caso os dados apontem para a persistência de discursos e práticas hierarquizantes e autoritárias também no ambiente de produção da política nacional, por que e como estes elementos persistem. (CUNHA, 1997, p. 05).

Segundo Gallo (1998) os maiores desafios para a efetivação dos empreendimentos de Economia Solidária, diz respeito ao fato de estarem inseridos em uma sociedade de cultura com características predominantemente contraditórias, por meio das quais prevalece o princípio baseado no neoliberalismo de competitividade excludente, herança das deficiências educacionais, tendo de lidar com comportamentos individualistas formados a partir contextos autoritários, preconceituosos e burocráticos e oriundos de uma cultura de cunho individualista, precisando enfrentá-los de forma pragmática e amadurecendo seus conhecimentos.

Segundo Leite (2009), ao almejar uma incidência multidimensional na esfera da organização do trabalho, pautadas nos critérios da Economia Solidária tem como especificidade,

[...] combinar dinâmicas de iniciativas privadas com propósitos centrados não no lucro, mas no interesse coletivo. A razão econômica é acompanhada por uma finalidade social que consiste em produzir vínculos sociais e solidários, baseados numa solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estariam, assim, no âmago da ação econômica. (LEITE, 2009, p. 34).

Para isto, é necessário repensar as concepções de cultura de grupo, e estimular a responsabilização total dos participantes, superar as formas autoritárias e burocráticas de poder, obter bom senso nas técnicas de gestão e reciclarem-se sobre conhecimentos técnicos e novas formas organizacionais estratégicas.

Para tanto, Haddad (2003) afirma que existe na literatura divergências de entendimentos sobre o papel das cooperativas e sua capacidade de transformação da realidade social. Tal divergência não é mera novidade e nem tampouco simples. Ela remete à velha polêmica desencadeada por Marx sobre o movimento cooperativista europeu no século XIX, quando afirmou que o cooperativismo, embora apresente condições de romper com o autoritarismo da divisão interna do trabalho, ao

implementar a Autogestão no processo produtivo, ele não romperia com a anarquia da divisão social do trabalho, já que seus produtos adentram em um sistema mercantil de trocas, devendo então seguir as mesmas regras de mercado que as demais empresas capitalistas.

Na visão de Leite (2009) a Economia Solidária é considerada uma dentre as inúmeras formas de produção existentes no interior do capitalismo, pois,

Embora parte de diretrizes antagônicas a esse sistema. Mas, ao mesmo tempo, compartilha-se também da visão de Marx, de que a solidariedade deve transcender ao nível micro do empreendimento, de modo a criar redes e encadeamentos produtivos cooperativos. Para isso, torna-se essencial a adoção, por parte do Estado, do paradigma cooperativista como uma matriz importante de atuação. (LEITE, 2009, 26).

Conforme já temos discutido acima, tratar da definição teórica de política pública é algo bastante amplo. Pensando assim, refletimos acerca das concepções de Souza (2006), quando nos afirma que esse é um campo do conhecimento que visa colocar o governo em ação, ao mesmo tempo em que analisa a execução dessas ações. Baseando-se ainda nas palavras da autora mencionada, podemos compreender que a formulação de políticas públicas constitui-se no momento em que governos democráticos passam a traduzir seus propósitos e metas eleitorais em programas e ações, relacionando níveis de decisão e atores variados da sociedade, capazes de produzir resultados e/ou mudanças no mundo real.

Em síntese, deve ficar claro, que uma política pública diz respeito ao que o governo pretende exatamente realizar e o que ele realmente consegue efetivar. No nosso país, as profundas mudanças que ocorreram no cenário sociopolítico a partir da década de 1980, e que derivaram do processo de redemocratização, no que tange principalmente à retomada de eleições diretas em todos os níveis de governo, e no processo de descentralização fiscal, prevista na Constituição Federal de 1988, o que implicou em mudanças tanto na natureza, quanto na forma de implementação de políticas públicas.

A esse respeito, Arretche (2002) aponta suas concepções sobre a temática das políticas públicas ao mencionar que,

As políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, habitação, saneamento e educação fundamental passaram a ser implantadas, paulatina e progressivamente, por meio de programas de descentralização que, aos poucos, transferiram um conjunto significativo de atribuições de gestão aos entes federativos subnacionais. Os estados e municípios passaram a assumir a gestão de

políticas públicas de três diferentes formas: (i) por iniciativa própria; (ii) por adesão a um programa proposto por outro nível, mais amplo, de governo; (iii) ou, ainda, por imposição constitucional. (ARRETCHE, 2002).

O contexto da reforma administrativa do Estado brasileiro, a partir de meados da década de 1990, passou a envolver também as condições de descentralização referente aos recursos dos órgãos governamentais para entidades privadas sem fins lucrativos, através de diferentes condições de parceria e contratos com a gestão. Ainda de acordo com Souza (2006), o conjunto das modificações observadas nesse período fez surgir novas instituições políticas, principalmente, no contexto que se refere à política local. Para tanto, compreendes-se que o processo de descentralização ocorrido no Brasil, não deve pode ser decifrado apenas como uma questão de cunho administrativo, mas, também de natureza política.

Dessa forma, e emergindo sobre o plano das ações políticas sociais, é possível perceber que a composição da sociedade civil por uma cultura política em que esteja presente uma tradição associativa é considerada fundamental, do ponto de vista da efetivação das experiências democráticas e participativas, tanto no viés da estruturação da prática, quanto na promoção de maior participação e, sobretudo, no aprofundamento da tradição política associativa. (AVRITZER, 2003).

Dessa forma não nos resta dúvida de que o principal foco das políticas públicas visa à identificação do tipo de problema que cada tipo de política de interesse comum dos cidadãos, tendo em vista que pode corrigir problemas, e atrelado a essa resolução de problemas temos o envolvimento tanto do sistema político por parte dos gestores públicos, no sentido de aplicar corretamente os recursos públicos destinados para tais finalidades, quanto ao trabalho de fiscalização da sociedade civil organizada, no sentido de cobrar a legalidade e a transparência da aplicação dos bens públicos.

Para tanto, fica claro que as ações do associativismo, no que tange às condições de trabalho, de estar associado, enfrentando os problemas diários, colaborando de forma coletiva com os ganhos, melhorando as condições de vida, principalmente com relação à geração de renda. Todos esses elementos se caracterizam como estratégia do Estado para a formulação de uma política pública nacional que incentiva a formação e manutenção de associações destinadas à coleta de lixo e reciclagem do mesmo, ou seja, quando um grupo de cidadãos passa a trabalhar em regime de sociedade como é o caso dos catadores de lixo em diversas entidades do país, fica subentendido a necessidade de

buscarmos no trabalho coletivo o apoio para resolver problemas, tais como: o desemprego, que conforme já enfatizamos teve forte abalo económico e social na década de 1990 no Brasil, e principalmente leva as pessoas a compreenderem a relevância do planejamento, da organização, da gestão, de estarem engajados para buscar melhorias na qualidade de vida e conseqüentemente passarem a observar a resolução dos problemas de forma planejada.

3 METODOLOGIA

Conforme já mencionamos anteriormente, nosso estudo visa analisar a organização de trabalho dos catadores de lixo no município de Sumé/PB, verificando se no cotidiano de trabalho os catadores seguem algum modelo de gestão.

A região caririzeira é sempre muito quente, e o período mais seco é geralmente entre os meses de julho a janeiro, com temperatura média de 24°C, sendo o índice de insolação médio anual de 2.800 horas. O solo e subsolo são de baixa permeabilidade e a vegetação predominante é a caatinga hiperxerófila densa própria dos Cariris, do tipo arbustivo-arbóreo. (SEBRAE, 1996).

Nosso estudo segue características de pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, neste caso, por querer entender uma determinada situação da qual se tem pouca informação. Pode ser considerada bibliográfica porque tem como objetivo conhecer contribuições científicas distintas, que estão disponíveis sobre um apontado tema.

Dessa forma, Moreira e Caleffe (2008) nos esclarecem o conceito de pesquisa bibliográfica, quando mencionam que,

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com a revisão ou a resenha bibliográfica, pois a pesquisa bibliográfica é por si só um tipo de pesquisa, enquanto a revisão ou a resenha bibliográfica é um componente obrigatório de todo e qualquer tipo de pesquisa. (MOREIRA e CALEFFE, 2008, p. 74).

Segundo Pontes (2006), os resultados de um estudo de caso podem ser obtidos através de variadas formas, dentre elas, textos escritos, comunicações orais, registro de fotos e vídeos. Todos esses procedimentos caracterizam-se como protocolo, isto é,

incluem as variáveis que são pesquisadas e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

Moreira e Caleffé (2008, p. 96) defendem também a importância e as facilidades de utilizar o questionário como fonte de coleta de dados, pois segundo esses autores, o questionário oferece aos interessados 04 vantagens que podem facilitar a exploração das informações e também porque o pesquisador poderá coletar dados de um grande número de pessoas de uma só vez. Citam como principais vantagens: “uso eficiente do tempo; anonimato do respondente; perguntas padronizadas; possibilidade de uma alta taxa de retorno”.

Essas vantagens mencionadas pelos autores supracitados justificam a escolha do questionário como principal recurso de coleta de dados para nosso estudo, pois foi possível elaborar perguntas com uma linguagem acessível aos catadores e principalmente que explorem respostas que venham responder as indagações e os objetivos da nossa proposta de trabalho.

Ao todo realizamos 08 visitas ao local e sempre fizemos o registro fotográfico das nossas atividades. Nota-se que a coleta dos resíduos ocorre de forma completamente desordenada, pois, mesmo sendo membro da associação, cada um recolhe a quantidade de lixo possível e depois vende separadamente.

4 RESULTADO DA DISCUSSÃO

Conforme já citamos acima, nosso objeto de análise são informações repassadas pelos catadores de lixo de Sumé – PB, que pertencem à associação. Voluntariamente 09 dos 16 catadores associados responderam as perguntas descritas no questionário aplicado (Ver anexo A). Os demais 07 que também são membros associados não participaram porque não tiveram interesse ou não estavam no local.

O lixão a céu aberto do município de Sumé está situado no final do bairro Frei Damião, tem como ponto de referência de localização também o Campus da UFCG/CDSA e a Escola Agrícola Municipal, que funciona nas dependências físicas do *Campus* Universitário. Consta de muitas residências no entorno, e na parte que fica por trás do lixão está o açude público da cidade, lembrando que este é o único manancial de água potável de acesso a população de Sumé – PB, o que tem gerado muitas discussões entre membros de instituições de ensino, Ministério Público e diversos representantes

da sociedade civil organizada. Trata-se de um local desolar, sujo, sombrio, com um mau cheiro que chega a ser insuportável. Animais do tipo suínos, caprinos, ovinos, mosquitos, moscas varigieras, ratos, aranhas, cachorros (vivos e mortos), gatos, urubus e até bovinos transitam diariamente pelo local em busca de comida em meio às montanhas de lixo.

Tentamos explorar ao máximo as respostas apresentadas. Expomos o motivo e os objetivos das visitas, bem como da aplicação dos questionários, a fim de tornar mais clara a nossa intenção com a aplicação dos questionários. Há um verdadeiro descaso com os catadores de lixo de Sumé, e isso se percebe claramente pela falta de valorização e informação por esses profissionais.

Todos os participantes afirmaram ouvir o rádio como meio de comunicação para se manter informados, tendo em vista que nem todos possuem televisão em suas casas. Trabalham sempre de Segunda à Sábado, em horário integral. Não há nenhum tipo de organização ou orientação para o momento da coleta. O que se percebe, e isso são fatos evidentes aos olhos de qualquer cidadão é a gritante situação de abandono, de exposição a sujeiras, probabilidade de doenças e contaminações a que estão sujeitos os catadores, ou seja, faltam parceiros, informação, aparatos de segurança, faltam políticas públicas, falta serem lembrados enquanto seres humanos.

O município de Sumé/PB está situado na microrregião do Cariri Ocidental, e conta com uma população de 16.060 habitantes, conforme dados do IBGE (2010). Localiza-se a 250 km da capital João Pessoa e a 130 km de Campina Grande. Com relação ao clima, este é caracterizado pela constante escassez de chuvas e temperaturas elevadas, o que acarreta em acentuada evaporação.

No primeiro contato com os catadores, em visita realizada ao lixão, que fica localizado no final da Avenida Luiz Grande, localidade que serve de destino para localidades rurais pertencentes ao município, e conta com um considerável número de casas no entorno. Externamos nosso interesse em conversar com os membros da associação, explicamos que nossa finalidade visava compreender o funcionamento da associação e compreender como funciona o trabalho dos mesmos, num lugar com características tão sombrias e desoladoras.

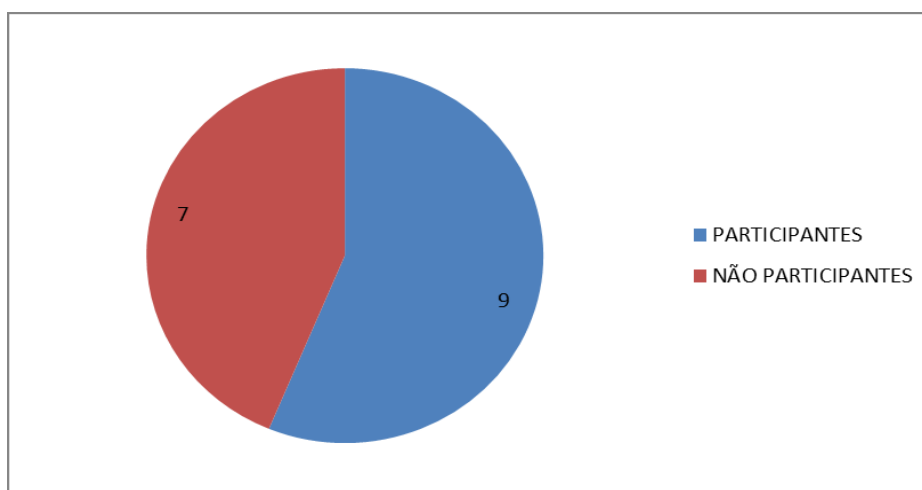
Esclarecemos para os catadores o porquê do registro fotográfico (ver anexo B) e também sobre o questionário que tínhamos que aplicar com todos os membros associados, o que causou certo desconforto entre os catadores, pois dos 16 membros associados, apenas 02 cursaram o Ensino Fundamental I completo, essa informação foi

descoberta, tendo em vista que estes nos informaram que são analfabetos e, os outros 02 que citamos informaram que estudaram até a 4ª série.

Diante das dificuldades de conseguir que os catadores respondessem as perguntas, formuladas, decidimos desligar todos os equipamentos eletrônicos, gravador, celulares, máquinas digitais e obtivemos os dados para análise, a partir da aplicação do questionário com 13 questões, que nos revelam o perfil dos entrevistados e também sobre a organização do trabalho desenvolvido por cada membro, a renda mensal, as condições, nas quais são submetidos a trabalhar, pois o lixão conforme já frisamos anteriormente é um lugar sujo, de fácil contaminação de doenças, entre outros problemas. Com a exploração das respostas foi possível observar o que mais desejam em relação às melhorias das condições de trabalho, comercialização do lixo e principalmente um local adequado para o trabalho de reciclagem.

A associação foi fundada há 20 anos, mas seu registro oficial está datado de exatos 04 anos passados e, constam registrados no livro de ata da associação 16 membros, que contribuem com uma quantia mensal de 5 reais, para despesas equivalentes a transporte do lixo, ou despesas de registros burocráticos da associação. Vale salientar que apenas 09 membros do total de 16 associados aceitaram e/ou estavam presentes no local para participar da nossa pesquisa, ou seja, do universo de 100% dos catadores associados, apenas 56,25% participaram, o que para nós é considerado como satisfatório, afinal, mais da metade dos catadores colaboraram com respostas que subsidiam os resultados do nosso estudo. Segue abaixo o gráfico 01, que enfatiza os dados enfatizados.

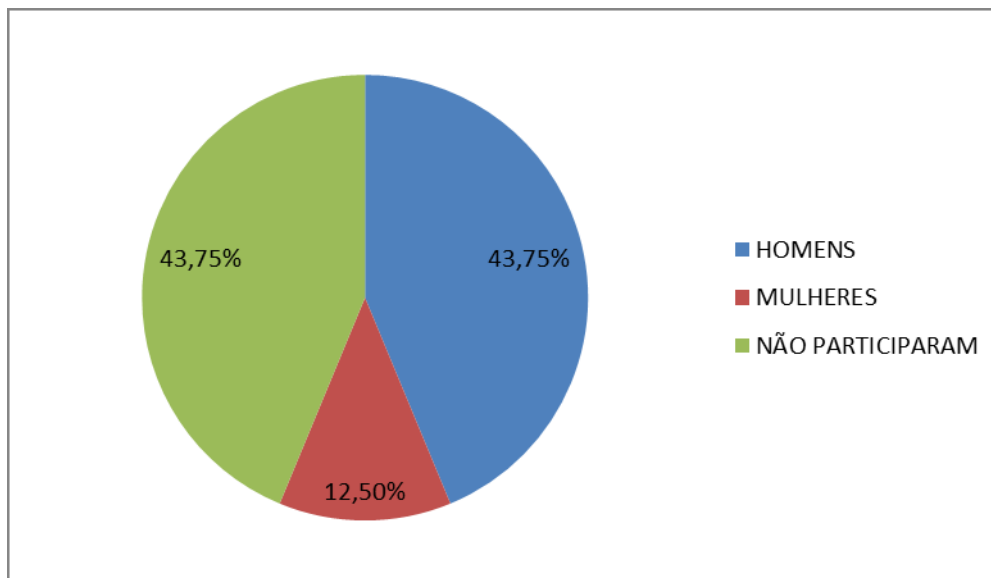
Gráfico 1 – Universos dos participantes



Fonte: Pesquisadora

No total geral foram entrevistados conforme já mencionamos anteriormente 09 catadores, sendo 07 homens e 02 mulheres, segundo dados que constam no gráfico 2.

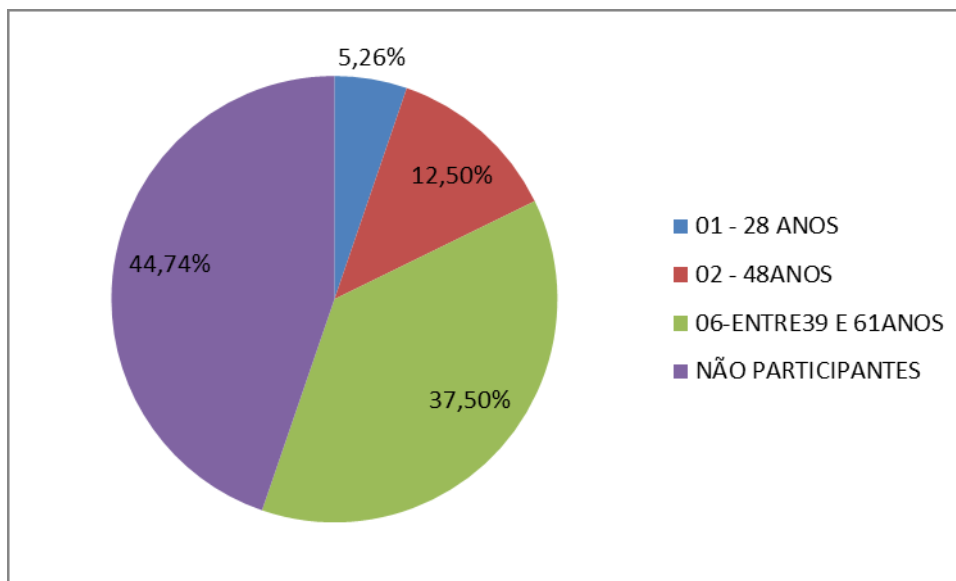
Gráfico 2 - Perfil dos catadores entrevistados quanto ao gênero.



Fonte: Pesquisadora

Outro ponto observado através da aplicação dos questionários e que também se refere ao perfil dos catadores participantes da pesquisa, diz respeito à faixa etária dos mesmos, varia dos 28 aos 61 anos (ver gráfico 03), que mesmo tímidos ou com algum receio responderam nossas indagações, sempre dialogando, mostrando humildade e nenhum desconforto com o péssimo odor do lugar, ou com a constante presença de moscas, varigeiras, insetos diversos, urubus, suínos, cabritos e cachorros, muitos vivos, mas um grande número de animais mortos também. (ver fotos em anexo).

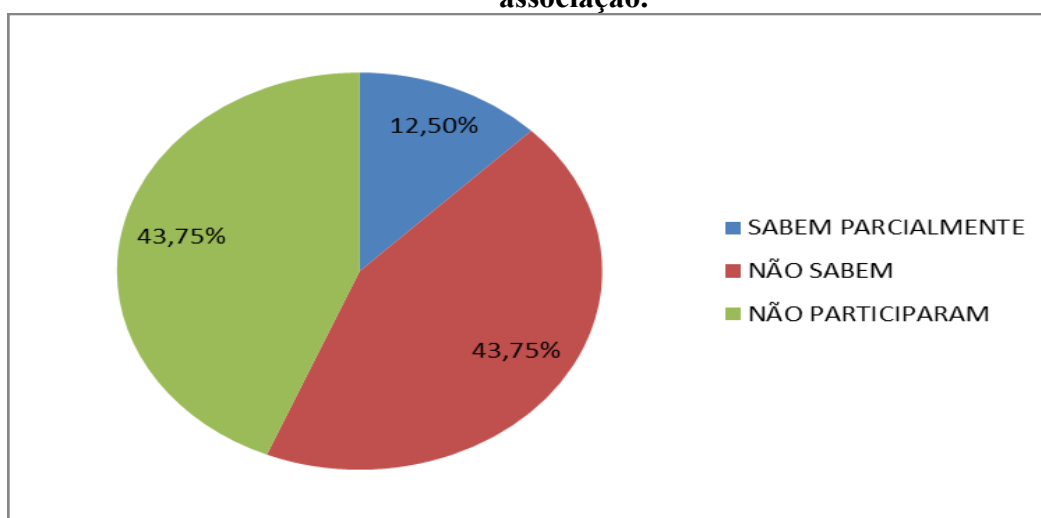
Gráfico 3 – Faixa etária dos catadores participantes



Fonte: Pesquisadora

Prosseguindo com a análise das perguntas formuladas no questionário, foi perguntado a todos os catadores participantes da pesquisa se estes sabiam o que era uma associação e, apenas 02 participantes disseram que sim e nos responderam que: “*É aquilo que a gente paga os 5 real e vem as coisas*”. “*Associação moça? É isso? É nós tudo junto catando o lixo e adepois se junta tudo de novo e ajeita para fazer as venda do que catou*”. Os outros 07 participantes responderam suscitamente que não sabem o que significa uma associação, conforme consta no gráfico 4, que segue abaixo.

Gráfico 4 – Quantitativo de catadores que sabem parcialmente ou não o que é uma associação.



Fonte: Pesquisadora

Para tentar facilitar a percepção e coleta dos dados investigados, foi perguntado a todos os catadores presentes, que não sabem o que é uma associação, se os mesmos já procuraram saber do que se trata e, novamente os 02 participantes que responderam afirmativamente a questão anterior foram os únicos que apresentaram respostas mais contundentes quando nos disseram que: *“é importante ser da associação, pois assim não vão enterrar o lixão”*. *“Se nós somos associados ninguém tira nós daqui, pelo contrário, nós vamos e queremos ser ajudados”*. Os outros 07 participantes que são todos analfabetos disseram que não procuram saber, pois para eles o que o Presidente ou o seu filho que tem 28 anos e é o vice-presidente da associação disserem eles confiam e acreditam.

Tomando como base essas respostas apresentadas já no início da nossa entrevista fica claro o desconhecimento dessas pessoas com relação ao que vem ser de fato uma associação; a importância e os benefícios que uma associação devidamente organizada, bem amparada e bem orientada pode trazer na vida dos membros associados. No entanto, nos deparamos com a realidade de pessoas sofridas, de poucas palavras, uns conseguem sorrir, enquanto que outros demonstram sua amargura de vida, sentimento este revelado pelo tom da voz ou pelas meias palavras dadas ao responder nossas perguntas.

Conversamos com os catadores para saber o porquê de terem procurado a associação para trabalhar. O presidente da associação, um senhor de 46 anos começou nos respondendo que sempre sustentou a família com o dinheiro de catador, e que ele e a esposa já estão nesse ramo de trabalho há mais de 20 anos.

O mesmo nos acrescentou ainda, que começou a trabalhar como catador, quando o lixão era localizado num terreno próximo à estrada que liga Sumé à cidade do Congo, pertencente naquela época ao Senhor José Araújo, um empresário da cidade de Sumé popularmente conhecido como Zé Bola, que num ano de gestão do prefeito Genival Paulino de Souza, conseguiu que o lixão saísse de seu terreno, pois o mesmo queria de volta a posse das terras, e contou também com o apoio dos loteiros do DNOCS de Sumé, já haviam procurado o então prefeito da época, para dizer que o lixão estava tornando as lavouras impróprias e também estavam chegando muitas pragas antes não vistas, ou seja, a mais de uma década o lixão a céu aberto já sinalizava problemas para os produtores de alimentos e população em geral, o que evidencia não se tratar de um problema da modernidade, mas bem anterior a esse período, porém as discussões em

torno dos problemas causados pelos lixões ganharam forças nos últimos anos devido à preocupação com os problemas ambientais.

Foi justamente a partir desse e de outros tantos históricos de informação que passamos a compreender o grau de confiança que os demais membros depositam no presidente, e isso atende de certa forma ao perfil de um presidente de associação, porém, sentimos falta de diálogo nas tomadas de decisões, mas essa necessidade foi sentida somente por nós, tendo vista que todos confiam no que é dito pelo Presidente e Vice.

Também questionamos os catadores participantes do porquê de terem procurado a associação para trabalhar numa tarefa tão árdua, com remuneração salarial incerta, condições precárias de trabalho, falta de apoio e incentivo e, todos os participantes, o que totaliza 100% do universo de catadores que aceitaram participar voluntariamente da nossa pesquisa, enfatizaram que trabalham naquele ambiente, tanto por necessidade, quanto pelo gosto de desenvolver essa atividade (ver tabela abaixo), porém sentem falta de condições de apoio, e já se cansaram de receber visitas de pessoas diversas que passam por lá prometendo melhorias, que vão locar um espaço adequado para armazenamento do lixo, transporte gratuito para levarem os resíduos reciclados até a cidade de Campina Grande, para posterior comercialização.

Tabela 1 - Por que procurou a associação para trabalhar?

<i>“Procuerei por necessidade”.</i>	<i>“Precisava trabalhar em alguma coisa”.</i>
<i>“Por necessidade”.</i>	<i>“Trabalho aqui porque eu gosto”</i>
<i>“Vivo por aqui trabalhando”.</i>	<i>“Só sei trabalhar com isso, sempre lidei com isso”.</i>
<i>“Eu gosto de trabalhar aqui, faço minha coisa”.</i>	<i>“As vezes é bom, as vezes não é bom”.</i>
	<i>“Gosto de trabalhar aqui sim dona”.</i>

Fonte: Pesquisadora

Como podemos notar nas respostas descritas na tabela, nenhum participante trata da importância do trabalho coletivo, de se ajudar, de viver coletivamente para desempenhar melhor as ações do trabalho, ou seja, mais uma vez fica claro que para os catadores estar associado é somente pagar uma quantia por mês, referente à mensalidade da associação e ouvir algumas orientações do presidente.

Procuramos saber a quanto tempo os membros trabalham na associação e descobrimos que o Presidente e sua esposa são os membros mais antigos, pois já atuam há 21 anos no ramo; outros 06 trabalham há quase 19 anos, e o vice-presidente está lá há 16 anos, ou seja, ele é o membro mais jovem dentre os demais associados, o que está evidenciado é que o mesmo quando começou a trabalhar na associação tinha apenas 12 anos de idade, o que no Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado ilegal, pois impede que crianças e jovens com idade inferior a 18 anos exerçam qualquer atividade de trabalho com ou sem remuneração.

Questionamos também sobre a função que é exercida na associação por cada um dos catadores associados e, só tivemos conhecimento de 02 cargos existente até o momento da aplicação dos questionários, que é justamente 01 Presidente, no caso se trata do membro associado mais antigo, e o outro é seu filho que exerce a função de Vice-Presidente, como já enfatizamos acima. Sendo assim, o que ficou claro que é a associação consta apenas com 02 membros que exercem os referidos cargos mencionados, enquanto que os demais 07 membros associados e participantes da pesquisa desempenham apenas função de membros associados. Diante do exposto, foi verificado que não há um tesoureiro e tão pouco um (a) secretário (a) para resolver as questões de ordem burocrática. (Ver tabela 2).

Tabela 2 – Qual sua função na associação?

“Sou o presidente”.

“Sou filho do presidente e vice-presidente”.

“Sou esposa do presidente e sócia aqui”.

“Trabalho aqui e sou sócio”.

“Trabalho aqui moça e sou sócia”.

“Vivo aqui e sou sócio que nem eles ai”.

“Sou sócio”.

“Sou sócio”.

“Sócio também”.

Fonte: Pesquisadora

Até o momento em que realizamos as entrevistas, ficou claro que os catadores associados e que participaram da pesquisa são considerados membros de uma

associação, porém em nenhum momento assinam atas de reuniões, sabem da existência de documentos de solicitação de material, ou outras questões de cunho burocrático.

É importante salientar que a Lei nº 10.406 de 2002 e a Lei nº 11.127 de 2005, regem que no Estatuto das Associações deve conter, conforme versa no artigo 54 sobre a organização da Entidade, que inúmeras atividades devem ser desenvolvidas conjuntamente pelos membros associados, que vão desde a tomada de decisões, ao processo de desligamento ou não de membros associados, e também sobre os gastos e patrimônio da associação, o que na nossa compreensão ficou claro que não existe entre os catadores de lixo de Sumé, nenhuma organização de trabalho nas atividades diárias que são desenvolvidas característica de associativismo que esteja presente no trabalho da associação.

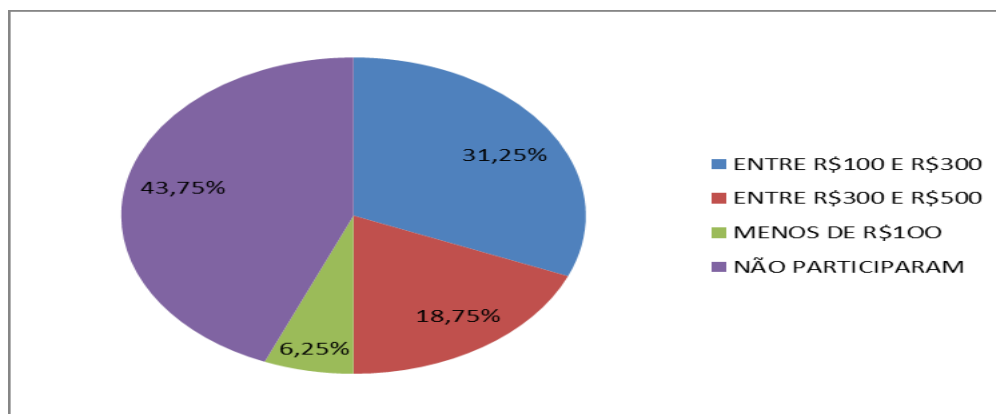
O Ministério Público local tem realizado fiscalização no lixão (ver anexo A) para saber quem está trabalhando, se realmente estão naquele local a trabalho ou para outras finalidades, pois segundo a Promotora da cidade, em entrevista a uma rádio local no mês de dezembro de 2014, o Ministério Público recebeu diversas denúncias através de pessoas que não quiseram se identificar ao “Disque Denúncia” de que no lixão de Sumé havia pessoas consumindo álcool, maconha, e crianças estavam sendo levadas pelos seus pais para trabalhar, e ainda sofrendo abuso sexual.

Foi a partir de constantes visitas de fiscalização que os membros do Ministério Público, em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social, Saúde, Obras e Conselhos Municipais, que foram banidos daquele local (Conforme reportagem veiculada pela Rádio Cidade AM de Sumé) uns acampamentos que funcionavam como uma espécie de cortiço, pois cada catador guardava na sua “barraca” todos os resíduos que conseguisse catar e ao término da semana preparava esse material para ser transportado e vendido na cidade de Campina Grande.

A remuneração mensal dos catadores é algo assustador, pois nenhum dos membros associados afirmou ganhar um valor igual ou superior a um salário mínimo. 06 catadores participantes disseram receber entre 100 e 300 reais mensais, o Presidente e o Vice-Presidente, e outro associado disseram que recebem entre 300 e 500 reais, pois sabem com exatidão a hora que o caminhão de lixo da prefeitura despeja os resíduos e não se importam de dividir espaço com os animais, que catam tudo e depois vão selecionando o que serve, e o que volta para as valas de lixo. Esses 03 membros que conseguem maior faturamento mensal, disseram também que algumas pessoas guardam resíduos reciclados para eles, tais como: garrafas pet, vidros e papelão, ou seja, toda a

renda não é extraída diretamente do lixão, pois recebem das mãos de pessoas conscientes, que realizam coleta seletiva do lixo, alguns resíduos que veem a somar ainda mais na renda mensal deles ao término de cada mês, o que configura para nós, total desconhecimento acerca das características e finalidades de um modelo de gestão pautado n associativismo, isto é, o trabalho é desorganizado.

Gráfico 5 – Faturamento mensal dos catadores associados



Fonte: Pesquisadora

Sobre o recebimento de auxílios por parte do poder público municipal, todos os associados disseram ter recebido há exatos 30 dias atrás do dia da entrevista, material para trabalho, constando de 02 pares de bota para cada associado, 03 pares de luva, 02 bonés, 02 pares de meia, e máscaras. Para nossa surpresa nenhum associado estava usando botas, uns estavam de chinelo e outros com sapatos fechados, mas que não ofereciam nenhuma segurança em caso de perfuração ou contaminação, não estavam de luva e tam pouco de máscaras.

O Senhor C. Q. S. de 43 anos afirmou que as botas furaram com poucos dias de uso, fizeram calos, pois a numeração veio inferior ao que eles calçam e haviam esquecido as luvas em casa. Essa falta de material de trabalho, que garante segurança ao movimento realizado por eles de catar resíduos, novamente configura descaso, desorganização, falta de informação e falta de políticas públicas, isto é, os associados não sabem e não detém nenhum conhecimento para atuarem com organização ou baseados num modelo de gestão. (ver Anexo B).

Em meio a tantas histórias de brigas de catadores que já disputaram quantidade de lixo, de mãos perfuradas, cansaço físico, problemas pulmonares adquiridos devido a fumaça que queima o lixo, da falta que faz o trator para aprofundar as valas de lixo, de material cirúrgico jogado a céu aberto, de animais vivos e mortos convivendo com

aquelas pessoas que vivem sem qualquer prestígio, do sonho de se tornarem aposentados e deixarem aquele lugar, como assim já fizeram muitas pessoas, do sonho de serem donos de suas casas, em se tratando de alguns que moram em casas emprestadas ou pagam aluguel, da vontade de fundar uma cooperativa e, com isso terem a oportunidade de comprar uma prensa, de adquirir junto à associação um galpão com condições adequadas para armazenar os resíduos reciclados, obter também um caminhão, ou seja, os desejos revelados ao término da aplicação dos questionários sinaliza o coletivo desejo de terem de fato uma associação que atue efetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as discussões desencadeadas para elaboração deste estudo, é possível afirmar que nossa pesquisa possibilitou perceber, confrontar e concordar com as teorias apresentados no referencial teórico pesquisado; as leituras realizadas auxiliaram para ampliar nosso conhecimento e serviram de comprovação do que já se conhecia sobre a realidade do lixão de Sumé – PB, onde constatamos também que naquele ambiente havia muitos trabalhadores que catavam lixo, são membros da associação, porém não sabem o que significa uma associação e tampouco o que implica estar associado.

Com relação à avaliação que fazemos da forma organizacional do trabalho dos catadores, novamente enfatizamos que não existe um modelo de gestão, não há divisão de tarefas entre os membros associados, não existe planejamento algum das atividades desenvolvidas e tampouco foi notável que exista total união entre os catadores associados, pois todos que trabalham naquele local e são membros da associação trabalham em regime de competitividade, isto é, o que funciona entre eles é a popularmente conhecida e famigerada “Lei da Selva”, onde cada um, de forma individual consegue resolver seus próprios obstáculos, ou seja, não há um trabalho coletivo de cooperação desenvolvido entre os membros associados.

O que mais nos chamou atenção em meio às visitas no local, e tendo convivido de perto com os catadores, foi justamente o espírito de satisfação por ter um trabalho, pois mesmo estando propícios a condições tão precárias, cada um deles se sente útil, gostam de ter uma atividade que mesmo com rendimentos tão mínimos é um trabalho honesto.

REFERENCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova - Revista de Cultura e Política, nº 39, pág. 149 a 174. 1997.

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a04v45n3.pdf>. **Acesso em:** 23.03.2015.

BENINI, E. A. **Economia Solidária em questão – estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos**. Dissertação (mestrado) – UFMS, Campo Grande, 2008.

BORTOLI, M. A. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos**. Revista Katálysis, Florianópolis: Edufsc, v. 12, n.1, p. 105-114, jan./jun. 2009. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/11.pdf>. **Acesso em:** 18.03. 2015.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-Sociedade: alguns elementos teóricos e empíricos**. Anais do II Seminário Nacional: **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. UFSC, 2007. **Disponível em:** http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/ARTIGO_GABRIELACUNHA_SEMINARIO.pdf. **Acesso em:** 22.03.2015.

EMBRAPA Agroindústria Tropical. **Avaliação dos métodos de propagação de algumas Spondias Agroindustriais**. Comunicado Técnico. Fortaleza, nº 31, p. 1-4, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. **Significados e tendências da economia solidária**. In: Sindicalismo e economia solidária. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999.

GALLO, A. et al. **Incubadora de Cooperativas Populares: Uma alternativa à precarização de trabalho**. 1998.

HADDAD, F. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: P. Abramo. 2003.

INSTITUTO ECOLÓGICA. Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007. **Disponível em:** <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Cartilha%20de%20Associativismo%20e%20Cooperativismo.PET-PROEX.pdf>. **Acesso em:** 10/10/14.

LEITE, M. P. A. Economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas. Revista Brasileira de Ciências sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. 2009. **Disponível em:**<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/10.pdf>. **Acesso em:** 22.03.2015.

MOREIRA, Herivelto. CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”.** Palestra apresentada no Seminário Nacional de Autogestão. Santa Catarina, 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal.** Revista Mercado de Trabalho. Ipea. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 3ed. São Paulo, Contexto, 1999.

TIRIBA, L. **Pedagogia (s) da produção associada.** Ijuí: Ed. da Unijuí, 2001.

ANEXO A – IMAGENS DO LIXÃO E DO MOMENTO DA FISCALIZAÇÃO DA PROMOTORA DE JUSTIÇA DA CIDADE, REPRESENTANTES DA GESTÃO MUNICIPAL E IMPRENSA LOCAL.



ANEXO B – IMAGENS DO LIXÃO

ANEXO C – QUESTIONÁRIO APLICADO

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
Unidade Acadêmica de Educação do Campo
Responsável pela pesquisa: Juliana Gonçalves Pereira

QUESTIONÁRIO**Perfil dos Entrevistados:****Idade:****Gênero:****Grau de Escolaridade:****Endereço:**

01. Você sabe o que é uma associação? SIM () NÃO () Se a resposta for afirmativa, o que significa?
02. Se não sabe já procurou saber o que significa? SIM () NÃO () Porquê?
03. Porque você procurou uma associação para trabalhar?
04. A quanto tempo você trabalha na associação? Entre:
- () 0 a 5 anos
 - () 5 a 10 anos
 - () 10 a 15 anos
 - () acima de 15 anos
05. Qual sua função na associação?

06. Você está satisfeito com a renda mensal na associação? SIM () NÃO ()

07. Quanto consegue por mês trabalhando na associação/lixão? Entre:

() 100 a 300 reais mensais

() 300 a 500 reais mensais

() menos de 100 reais mensais

08. É suficiente? SIM () NÃO (). Se não, porque não é suficiente?

09. Os poderes públicos investido nas associações? SIM () NÃO () Que tipo de ajuda é dada aos associados?

10. Tem conhecimento de algum projeto que possa dar subsidio aos associados?

SIM () NÃO ().

11. Existe algum projeto da Prefeitura Municipal ou alguma participação para ajudar os associados? SIM () NÃO (). Se houver, há quanto tempo?

12. Se não existe ajuda. O que seria necessário para dar mais qualidade no serviço desempenhado na associação? (materiais/financeiro).

13. Você teria alguma sugestão para os gestores públicos, que possa contribuir com o trabalho dos associados?

Obrigada pela sua contribuição!